

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v14i33.4529>

Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO NEOLIBERALISMO: ALGUMAS NOTAS DESDE FOUCAULT, DARDOT E LAVAL

*Theoretical fundamentals of neoliberalism:
some notes from Foucault, Dardot and Laval*

Fábio Caires Correia
Unesp
Fábio Henrique Duarte
UFT
Oneide Perius
UFT

Resumo: A guinada antidemocrática produzida pelo neoliberalismo é, sem dúvida, um sinal dos nossos tempos. Mas aqui pretendemos mostrar que estudá-la como consequência lógica de uma nova racionalidade política resulta na pintura de um quadro apocalíptico total (1) para a democracia, (2) para a política e (3) para o sujeito. Se pudéssemos continuar a pensar o neoliberalismo como uma ideologia, cujo campo de forças funcionaria com mecanismos muito bem definidos, mas não se constitui como uma transformação radical dos modos de dominação política, seria possível compreendermos a *desdemocratização* que caracteriza nosso tempo no quadro em que se entende atualmente pensadores inscritos na tradição marxista, i.e., como um novo capítulo na tensão histórica entre capitalismo e democracia. Pretendemos, no presente texto, reconstruir a noção de racionalidade, em Foucault, tal como começou a aparecer *Em defesa da sociedade* e a forma como essa noção está definitivamente associada ao neoliberalismo em *O nascimento da biopolítica*, com vistas a especificar a maneira pela qual sua novidade é ali articulada. Num segundo momento, apresentamos o conflito entre esse novo modo de governo e a política democrática, sugerido pelos textos de Dardot e Laval. Por fim e não menos importante apontamos os limites epistemológicos que a perspectiva foucaultiana tem para estudar os processos de democratizações que perpassam as sociedades capitalistas contemporâneas a partir do conceito de racionalidade neoliberal.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Subjetivação. Biopolítica. Razão do mundo.

Abstract: The anti-democratic turn produced by neoliberalism is, without a doubt, a sign of our times. But here we intend to show that studying it as a logical consequence of a new political rationality results in the painting of a total apocalyptic picture (1) for democracy, (2) for politics and (3) for the subject. If we could continue to think of neoliberalism as an ideology, whose field of forces would work with very well-defined mechanisms, but not as a radical transformation of the modes of political domination, it would be possible to understand the de-democratization that characterizes our time in the context in which is currently understood as thinkers inscribed in the Marxist tradition, i.e., as a new chapter in the historical tension between capitalism and democracy. In the present paper, we intend to reconstruct the notion of rationality, in Foucault, as it began to appear in *Defense of Society* and the way in which this notion is definitively associated with neoliberalism in *The birth of biopolitics*, with a view to specifying the way in which its novelty is articulated there. In a second moment, we present the conflict between this new form of government and democratic politics, as Dardot and Laval's texts suggested. *Last but not least*, we point out the epistemological limits that the Foucauldian perspective has to study the democratization processes that permeate contemporary capitalist societies from the concept of neoliberal rationality.

Keywords: Neoliberalism. Subjectivation. Biopolitics. World reason.

1. Introdução

A partir da publicação de *La Naissance de la biopolitique*, curso ministrado por Michel Foucault em 1979 no *Collège de France*, as ciências sociais assumiram a necessidade de pensar a questão no neoliberalismo não apenas como uma doutrina ou mesmo como um modelo de políticas públicas que transmutariam a estrutura econômica resultando no esfacelamento do Estado visto como propulsor e organizador da economia nacional. A perspectiva foucaultiana, desenvolvida nos últimos anos por estudos como os de Christian Laval e Pierre Dardot, insiste, por exemplo, na especificidade do neoliberalismo como uma forma de governo dos homens (dos corpos e da vida) cujo *modus operandi* consiste na fabricação de outros modos de subjetivação, i.e., assumem a ideia de que o neoliberalismo estenderia “a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade ‘contábil’ pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 30). É derivada daí a tese segundo a qual o neoliberalismo insurge como uma nova racionalidade política que altera os modos de governo não mais a partir de uma razão de Estado, mas da competição econômica, ainda que dentro de um marco e com instrumentos de Estado. Com o objetivo de superar a compreensão do neoliberalismo apenas como teoria, ideologia ou como uma forma de representação da sociedade, a perspectiva foucaultiana enfatiza a novidade dessa transformação dos modos de governo sobre os homens e, portanto, da própria sociedade.

Essa guinada antidemocrática produzida pelo neoliberalismo é, sem dúvida, um sinal dos nossos tempos. Mas aqui pretendemos mostrar que estudá-la como consequência lógica de uma nova racionalidade política resulta na pintura de um quadro apocalíptico total (1) para a democracia, (2) para a política e (3) para o sujeito. Se pudéssemos continuar a pensar o neoliberalismo como uma ideologia, cujo campo de forças funcionaria com mecanismos muito bem definidos, mas não se constitui como uma transformação radical dos modos de dominação política, seria possível compreendermos a *desdemocratização* que caracteriza nosso tempo no quadro em que se entende atualmente pensadores inscritos na tradição marxista, i.e., como um novo capítulo na tensão histórica entre capitalismo e democracia.

Desse modo, para atendermos aos objetivos do presente texto, interessa-nos, em primeiro lugar, reconstruir a noção de racionalidade tal como começou a aparecer no curso de 1977 publicado como *Em defesa da sociedade* e a forma como essa noção está definitivamente associada ao neoliberalismo em *O nascimento da biopolítica*, com vistas a especificar a maneira pela qual sua novidade é ali articulada. Essa reconstrução não é em nada fortuita, senão necessária para, num segundo momento, apresentarmos o conflito entre esse novo modo de governo e a política democrática, sugerido pelos textos de Dardot e Laval. Por fim, nosso objetivo final é apontar os limites epistemológicos que a perspectiva foucaultiana tem para estudar os processos de democratizações que perpassam as sociedades capitalistas contemporâneas a partir do conceito de racionalidade neoliberal.

2. Foucault e o neoliberalismo

O *Nascimento da Biopolítica* é, como dito anteriormente, um curso ministrado por Foucault no *Collège de France* no ano de 1979. Trata-se, decerto, do curso mais comentado e controverso da trajetória foucaultiana, possibilitando leituras que vão (i) desde a afirmação de uma possível conversão do filósofo ao credo neoliberal (ii) até seu uso para uma análise crítica do tema, enriquecendo um debate que estava circunscrito à compreensão do neoliberalismo como forma econômica superior do capitalismo. A leitura do neoliberalismo empreendida, ali, por Foucault permite, por sua riqueza, vários caminhos. Uma coisa, no entanto, é certa: ele se afasta de certas leituras, mormente de cariz marxista, como mera expressão doutrinária do capitalismo ou ideologia de sua fase

contemporânea. Pode-se pensá-lo na forma de denúncia ou de acusação. Uma questão, no entanto, quicá a mais importante, em termos político-teóricos, é ver a relação que o neoliberalismo mantém com o liberalismo clássico.

O neoliberalismo é geralmente caracterizado como uma doutrina composta por um conjunto de ideias políticas que combatem qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado (denunciada como uma ameaça à liberdade econômica e política), que remetem a uma privatização dos serviços públicos, a uma redução do Estado do Bem-Estar e dos direitos sociais, e à crítica da regulação econômica e da regulação social. Afirmavam os teóricos do neoliberalismo que o igualitarismo, promovido pelo Estado do Bem-Estar Social, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, aspectos estes que em suas leituras levavam à prosperidade.

Esta doutrina passa a ser hegemônica após o período de ouro do Capitalismo (1945-1973), período este marcado por altas taxas de crescimento dos produtos internos dos países centrais, taxas altas de expansão anual do comércio internacional e uma política keynesiana de contenção das crises cíclicas da economia capitalista. Além disso, ocorre um desenvolvimento tecnológico inaudito e a ampliação do mercado através do poder aquisitivo do salário, a queda do valor de toda uma série de mercadorias e ausência de conflitos graves e revolucionários nos países avançados. Com a crise do petróleo, em 1973, a doutrina neoliberal passa a ser uma resposta, primeiro no Chile (1973) e depois na Inglaterra e EUA, à recessão econômica com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, consequência das mudanças do mercado financeiro.

O receituário neoliberal foi levado a cabo a partir dos ditames do Congresso de Washington (1989), reunião ocorrida entre membros dos organismos internacionais de financiamento (FMI, BID etc.) e funcionários do governo americano e economistas latino-americanos. A receita era em geral o ajuste fiscal (o Estado responsável pelo combate à inflação e os problemas de desequilíbrio econômico), reforma estatal, reforma tributária, fim das restrições ao capital externo, abertura do sistema financeiro (abolição do controle sobre luxos monetários, garantindo o capital de risco, seja como forma de alavancar investimentos ou como garantia do equilíbrio do balanço de pagamentos), desregulamentação da economia, reestruturação da previdência, a estabilidade monetária, contenção dos gastos com o bem-estar e a restauração da taxa natural de desemprego. Efetivou-se a ideia de manter um Estado forte no controle do poder sindical e do dinheiro, mas parco em gastos sociais e nas intervenções econômicas (no mercado). Atente-se que os neoliberais acusavam o poder excessivo do movimento operário e do Estado parasitário¹.

A desregulamentação financeira não permitiu a recuperação dos lucros, mas criou condições propícias para a inversão especulativa mais do que produtiva. De modo geral, essa é uma visão comum do neoliberalismo, i.e., um sistema cujo princípio fundamental é a liberdade do mercado, que premia os capazes e aptos de acordo com o esforço individual. Assim, seria uma política caracterizada pelas privatizações econômicas e pela destruição das conquistas sociais implementadas a partir da falência do Estado do Bem-Estar Social. Assistir-se-iam, de tal modo, a uma radicalização do processo de privatização do social, com a denúncia da crise, da ineficiência do Estado, enquanto instância política pública e o louvor do mercado como instância de socialização absoluta.

A partir desta caracterização inicial e breve, pode-se agora percorrer a leitura foucaultiana do tema neoliberalismo. O envolvimento de Foucault com a temática do neoliberalismo se deu ao final de sua reflexão sobre o poder, a chamada “fase genealógica”

¹ De acordo com Andrade, “neoliberalismo é um conceito polêmico. Desde o Colóquio Walter Lippmann (1938) e da primeira reunião da Sociedade de *Mont Pèlerin* (1947), a formulação designou, entre seus partidários, mais um campo de debate do que propriamente um consenso. Ordoliberais de Freiburg, Escola Austríaca, Escola de Chicago e representantes da *London School of Economics* e da *Manchester School* compartilhavam a mesma utopia de livre mercado e a mesma posição contrária ao intervencionismo econômico e ao planejamento estatal centralizado (keynesiano, socialista ou desenvolvimentista), mas não tinham opinião comum sobre o papel legítimo do Estado, sobre as diretrizes de política econômica ou sobre a experiência fracassada do *laissez-faire* do século XIX” (ANDRADE, 2019, 211).

de sua trajetória intelectual, ao final da década de 70. Esse envolvimento marca também uma problematização acerca de um tema contemporâneo do autor francês, famoso até então por refletir sobre a modernidade, enfatizando pensadores e temas dos séculos XVII em diante, todavia parco em reflexão sobre temas e assuntos contemporâneos seus.

Nesta análise do neoliberalismo, ele permanece fiel ao modo como pensa uma história – que não é da ordem da busca da origem ou da certeza de um *télos* (τέλος) –, mas da decifração dos atos que as culturas classificam e marcam. É notório que Foucault fez filosofia enfatizando a pesquisa histórica. Isto é feito em um pano de fundo de crítica a um pensamento historicizante centrado nas questões da origem, da inteligibilidade contínua e totalizante do devir, do sujeito transcendental, como consciência da ordenação do mundo ou do τέλος triunfante. Outrossim, há a ênfase na crítica aos universais que as análises sociológica, histórica e filosófica utilizam para explicar de modo efetivo a prática governamental, tais como Soberania, Povo, Estado, Sociedade Civil etc. O método foucaultiano baseia-se em passar estes universais utilizados nestas análises pela grade das práticas concretas².

Na fase biopolítica da genealogia, os conceitos de biopolítica e biopoder surgem como o ponto terminal. Esse período centra-se no estudo do modo específico do poder moderno, com ênfase no biopoder e seu mecanismo concreto, a biopolítica. A biopolítica surge ao final do séc. XVIII, desenvolvendo-se no século seguinte, concentrando-se na figura do Estado e exercido a título de política estatal com a pretensão de administrar tanto a vida quanto o corpo da população. Concebe-se, assim, como um tipo de governo que toma como tarefa gerir a vida dos indivíduos e da população, como um conjunto de procedimentos de saber e de técnicas de intervenção que tem como alvo a vida, os corpos e as populações. É, assim, um poder disciplinador e normalizador que se concentra na figura do Estado com pretensões de administrar as populações, a partir dos corpos e da vida. Este conceito de biopolítica, em Foucault, liga-se a preocupação com os fenômenos mais amplos da vida biológica, ligando-se aos processos da vida (natalidade, mortalidade, morbidade, deslocamento, expectativa de vida etc.). Trata-se de atuar politicamente sobre fenômenos naturais que se manifestam em determinada população que ocupa um determinado território.

O conceito de biopolítica assinala, deste modo, a descrição e análise de novas formas de exercício de poder sobre a vida da população, ocorrida na Modernidade, a partir de fins do século XVIII. Pauta-se na análise das novas formas de exercício do poder sobre os problemas político-vitais da população. A biopolítica não anula ou abole o poder disciplinar; ocorre, sim, uma modificação e um ajustamento nas engrenagens do saber-poder. A biopolítica é a extensão do orgânico ao biológico, do corpo à população. Constitui-se numa resposta político-tecnológica a um conjunto de fenômenos novos: o crescimento da população, sua progressiva concentração urbana, a organização do processo de trabalho na nascente sociedade capitalista, a partir da Revolução Industrial.

No curso *Nascimento da Biopolítica*, há uma riqueza de temas a serem explorados. Aquele que se detém sobre a obra inevitavelmente tem que optar por fazer escolhas. Assim sendo, aqui se fez a opção não por detalhar as caracterizações, por exemplo, das duas formas de neoliberalismo analisadas, o ordoliberalismo e o anarcocapitalismo. Decidiu-se aqui por demarcar o específico da leitura foucaultiana sobre o neoliberalismo em termos gerais.

Neste curso, Foucault buscou interpretar o liberalismo como quadro geral da biopolítica, entendendo-o como novo tipo de racionalidade da arte de governar (Cf. FOUCAULT, 2008, p. 4). Com este objetivo, mostra a diferença de sua interpretação de outras leituras comuns acerca do tema do (neo)liberalismo. Ele atentou para aquilo que é específico do neoliberalismo, “para tentar separá-lo das críticas que são feitas a partir de matrizes históricas pura e simplesmente transpostas. O neoliberalismo não é Adam Smith;

² Para uma compreensão desta crítica de Foucault aos universais, que marca a sua metodologia, em especial em *Nascimento da Biopolítica*, cf. VEYNE (2009)

o neoliberalismo não é a sociedade mercantil; o neoliberalismo não é o Gulag na escala insidiosa do capitalismo” (FOUCAULT, 2008, p. 181). O neoliberalismo também não pode ser confundido nem com a sociedade de consumo ou a sociedade do espetáculo. Além disso, a leitura foucaultiana distingue-se de uma leitura marxista, que concebe restritamente o neoliberalismo tão somente como a fase superior do capitalismo.

Para se acompanhar a análise de Foucault sobre o neoliberalismo, deve-se ter em mente que este último se constituiu como uma resposta à crise do liberalismo, resumida nas ameaças à liberdade representadas pelo aumento do custo econômico do próprio exercício das liberdades, pelo socialismo, pelo totalitarismo. As ameaças às liberdades se apoiarão nos mecanismos de intervenção econômica pelo Estado, praticadas entre 1930 e 1960, a partir de medidas keynesianas.

Foucault, através de uma atitude analítica e descritiva, se recusou a ver no liberalismo tanto um ideal de liberdade, como na tradição do liberalismo clássico, quanto uma ideologia de pura dominação política. Ele o analisou a partir da concepção de uma forma de governamentalidade e de racionalidade governamental muito complexa, apresentando-se como um tipo de racionalidade política. Assim, o que buscou foi estudar essa racionalidade política em seu funcionamento, em seus instrumentos e em sua especificidade. A questão da racionalidade política e da governamentalidade exige uma racionalidade para além da estrutura jurídica da soberania, que marcou a análise política moderna, identificando-se com o poder político.

Os modelos de neoliberalismo analisados por Foucault mostram uma crítica ao liberalismo clássico. São dois os modelos, quais sejam: o ordoliberalismo alemão e o anarcocapitalismo americano. Essas novas formas do liberalismo não representam um retorno fácil, inocente e superficial aos princípios do liberalismo clássico. Ele não é apenas o interesse pela limitação da intervenção governamental, ou do Estado mínimo, mas também a racionalização do próprio governo a partir da ideia de mercado. Ocorre no âmbito da teorização neoliberal, a generalização da forma empresarial, uma institucionalização do jogo da empresa como um princípio generalizado da organização da sociedade como um todo. Ocorre uma generalização da forma econômica do mercado. Este passa a ser o filtro neoliberal para avaliação da atividade governamental. Assim sendo, o neoliberalismo pode ser concebido como ação de um mercado sobre um sujeito econômico governado pelo mercado.

O liberalismo é entendido, por Foucault, como uma racionalidade política. A racionalidade política é prática refletida sobre a maneira como os homens governam uns aos outros. Racionalidade, em termos sociológicos, é ação. Ela é sempre ação orientada racionalmente para determinado fim: é uma ação na qual existe a mais perfeita e eficaz articulação entre os meios empregados para atingir o fim almejado. Foucault pensa na racionalidade política do liberalismo como um tipo de racionalidade específica. Essa racionalidade está ligada à governamentalidade (AVELINO, 2016). O liberalismo é uma tecnologia política, pois abarca as duas dimensões, técnica e reflexiva (lógico, epistemológico). Assim, ele é tanto uma maneira de fazer quanto um modo de refletir sobre as coisas, uma racionalidade. A especificidade histórica do liberalismo está na adequação entre meios e fins. Deste modo, “dizer que o liberalismo é uma racionalidade política implica apreendê-lo como uma prática na qual se encontra uma adequação ótima entre princípios de governo, técnicas governamentais e a conduta dos indivíduos” (AVELINO, 2016, p.166).

O pensador francês concebeu a análise do liberalismo contemporâneo a partir do tema da governamentalidade. Esse é um conceito fundamental da obra *Nascimento da Biopolítica*. A governamentalidade foi um neologismo criado por Foucault para assentar a distinção de qualquer estudo sobre as formas ou tipos de governo, como nas teorias políticas tradicionais. Ela é um conjunto de “técnicas de governo”, nova formas de implemento da ação administrativa de governo da população. Trata-se de um modo de pensar a ação de conduzir condutas, ou seja, trata-se de pensar a biopolítica como questão

de população. A governamentalidade é o lado operativo da biopolítica: é o governo dos homens através de seus interesses.

Em *Segurança, Território, População*, diz Foucault que a governamentalidade é:

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008b, p.14).

A economia vincula-se a uma sociedade que está organizada para a satisfação das suas necessidades materiais através de uma enorme conglomeração de mercados interdependentes. Pela governamentalidade, Foucault encontra o instrumento para discutir as políticas administrativas liberais em sua racionalidade própria. Trata-se de conciliar uma prática de uma arte de governar especificamente liberal e uma política que estende suas tecnologias à população. Por ela, afirma-se a recusa da centralidade da figura do Estado. É precisamente por isso que o pensador francês buscou uma exterioridade ao Estado, as dimensões das relações de poder mais amplas que o Estado. A governamentalidade é o estudo das diversas mentalidades governamentais.

A noção de governamentalidade é a atenção dada à discussão das relações entre Estado, economia política e os problemas da população, depois das relações estudadas por Foucault anteriormente entre poder soberano, território e dispositivos de seguridade. Novas técnicas de governo são assentadas em tecnologias de regulação e vigilância dos fenômenos populacionais. Ela marca o encontro entre técnicas de dominação exercidas sobre os outros e técnicas de si. Na governamentalidade, a população é o alvo, a principal forma de saber é a economia política e o instrumento técnico essencial são os dispositivos de segurança (STIVAL, 2015).

A noção de governo, presente em *Segurança, Território, População*, é entendida como o conjunto de instituições e práticas por meio das quais se guiam os homens desde a administração até a população. Ou mais: um conjunto de procedimentos, técnicas e métodos que garantam a condução dos homens. Governo, para Foucault, refere-se ao problema da gestão das coisas e pessoas, ao problema da condução das condutas dos indivíduos. Não diz respeito aos regimes políticos, como ocorre nas teorias políticas tradicionais. O conceito é entendido como atividade que tem por meta conduzir os indivíduos ao longo da vida colocando-os sob a autoridade de um guia responsável pelo que fazem e pelo que lhes acontece. Governar adquiriu seu significado propriamente político a partir do século XVI. Como assinala Foucault:

a arte de governar [fim do séc. XVI - início do século XVII] vai consistir, não em restituir uma essência ou em permanecer fiel a ela, vai consistir em manipular, em manter, em distribuir, em restabelecer relações de força, e relações de força num espaço de concorrência que implica crescimentos competitivos. Em outras palavras, a arte de governar se desenrola num campo relacional de forças. E é isso, a meu ver, o grande limiar da modernidade dessa arte de governar (FOUCAULT, 2008b, p. 419-20).

Com a noção de governamentalidade, Foucault desloca o eixo saber-poder para a ideia de governo dos homens. Custa agora pensar como saber-poder-subjetivação se articulam no interior de uma determinada arte de governar. Nesse objetivo, Foucault empreendeu um exame genealógico das práticas de governo ocidentais do século XVI até o séc. XX, pensando a modernidade política não por uma pretensa unidade, mas demarcando a diferenciação: o poder pastoral, a razão de Estado (séculos XVI e XVII), Estado de polícia (séc. XVII e XVIII) e razão governamental, até chegar as formas de governamentalidade neoliberal (ordoliberalismo alemão e anarcocapitalismo estadunidense). Ele assinalou que o aspecto importante para a modernidade não foi tanto a estatização da sociedade, mas a governamentalização do Estado. A governamentalização

do Estado está ligada aos desafios colocados pelo surgimento da população e da economia. É uma maneira de repensar o papel do Estado e o modo de intervenção do governo.

A pergunta principal em *Nascimento da Biopolítica* é o modo como se dá o fenômeno da gestão dos problemas da população no contexto do liberalismo. A preocupação do liberalismo, histórica e comumente apresentada, diz respeito aos sujeitos de direito e a liberdade de iniciativa dos indivíduos. Isso se sustenta? Neste curso, Foucault recusa três tipos de leitura que apagam a singularidade do neoliberalismo, quais sejam, as que o veem ou como simples repetição do liberalismo clássico ou como a extensão da lógica mercantil ou como uma nova forma de totalitarismo (LAVAL, 2020). Foucault entendeu o neoliberalismo como uma prática e uma reflexão crítica sobre o governo. Ele atesta não simplesmente um reavivamento do liberalismo clássico, porém uma nova possibilidade na condução das condutas dos indivíduos.

O neoliberalismo, nessa crítica ao liberalismo antigo, busca no mercado não apenas um princípio de limitação do poder estatal, mas um fundamento ordenador do exercício político. O mercado não é o antípoda do Estado, marcando com ele apenas uma relação negativa, porém também positiva, na medida em que ordena a sua atuação, tornando-se um indexador para a ação governamental e para a sociedade como um todo. Advogando a crítica contra a limitação estatal à livre economia de mercado, ocorre uma inversão na leitura do neoliberalismo: em lugar de um mercado sob a vigilância do Estado, há um Estado sob a vigilância do mercado. A liberdade de mercado funciona assim como um mecanismo que funda o Estado e, ao mesmo tempo, o controla. Para os neoliberais, diferenciando-se dos economistas liberais do século XVIII, o essencial do mercado não é a troca, mas a concorrência. No liberalismo americano, assim como no alemão, não é o Estado que toma a forma liberal, mas é o liberalismo que constitui um Estado. “Não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador do Estado” (FOUCAULT, 2008a, p. 300); ou ainda,

[...] o que está em questão nesse neoliberalismo atual, quer se tome a forma alemã que evoco precisamente agora, quer se tome a forma americana do anarcoliberalismo, é uma coisa muito mais importante. O que está em questão é saber se, efetivamente, uma economia de mercado pode servir de princípio, de forma e de modelo para um Estado de cujos defeitos, atualmente, a direita como a esquerda, por uma razão ou por outra, todo o mundo desconfia (FOUCAULT, 2008a, p. 159).

Na leitura foucaultiana, a novidade do neoliberalismo é a busca de modelização do Estado e da sociedade a partir do mercado. Seu objetivo maior é a “formalização geral dos poderes do Estado e da organização da sociedade a partir de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 2008a, p. 160). Essa perspectiva não havia tido a atenção dos liberais clássicos. A especificidade do neoliberalismo é que seu problema é “saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 2008a, p.181), ou seja, na concorrência. O objetivo geral das práticas governamentais, no neoliberalismo, é fazer do mercado o princípio regulador da sociedade. O mercado tornou-se um lugar de verificação. Ele, deveras, entrou na conexão de um regime de verdade à prática governamental.

No liberalismo clássico, o mercado era entendido como algo natural. No neoliberalismo, por sua vez, a liberdade deve ser continuamente produzida e exercida sob a forma de competição. Os processos econômicos devem ser, assim, continuamente controlados, governados, regulados, ensinados. O princípio de inteligibilidade do neoliberalismo é a competição. Uma governamentalidade centrada na competição e não mais na naturalidade do mercado. O neoliberalismo determina uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua (DARDOT; LAVAL, 2016).

O neoliberalismo concebe o mercado como objetivo, princípio e forma do Estado. O mercado seria o fundamento e o efeito do Estado. O mercado como indexador geral sob

o qual se deve apresentar a regra que vai definir todas as ações fundamentais. Como bem assinala Foucault na obra mencionada, o mercado, a partir do século XVIII, tornou-se um lugar e mecanismo de formação da verdade. Reconhece-se desde esta época que se devia deixá-lo agir com o mínimo possível de intervenção a fim de que pudesse ele formular sua verdade e propô-lo como regra e norma à prática governamental.

Foucault considera o neoliberalismo como uma forma racional de governo. Insere-se esta problematização no âmbito dos estudos sobre os mecanismos de poder moderno e da história da governamentalidade, a partir do ano de 1978. Desde *Vigiar e Punir*, ele havia começado a mostrar que, em uma sociedade liberal, o poder estava longe de se resumir às instituições disciplinares. Ele demole a ideia de que o poder seria a repressão da vida pelo Estado. O poder teria outras ferramentas, além da repressão, para dirigir a conduta dos indivíduos. Daí a ênfase na governamentalidade e na racionalidade política.

É nessa perspectiva que Foucault descreve a ordem normativa neoliberal marcada simultaneamente como juridificação e biologização da esfera política. Descreveu, outrossim, o núcleo biopolítico do neoliberalismo seria a noção de que o “estado de direito econômico” neoliberal introduz uma nova forma de individuação que exige de todos que se assumem como empreendedores de sua própria vida biológica. A referência política do neoliberalismo passa a ser não mais o cidadão, mas o capital humano. Assim sendo, o neoliberalismo tem por princípio não somente governar o menos possível, mas fazê-lo de tal maneira que os indivíduos sejam incitados a agir por interesse pessoal e em conformidade com o interesse geral da sociedade.

Foucault, na caracterização do (neo)liberalismo, toma-o sob os ângulos de prática ou arte de governo (que supõe tecnologias e dispositivos particulares) e de reflexão sobre o exercício do governo. A partir de sua investigação, o neoliberalismo não é apenas questão de extensão da mercadorização ou da globalização capitalista, mas de políticas novas, de uma norma geral visando remodelar o Estado e transformar as subjetividades. A aplicação da interpretação foucaultiana vai além do campo econômico, apenas das normas neoliberais da concorrência e da empresa, da leitura economicista. O neoliberalismo não é discutido por Foucault como ideologia de sustentação e justificação do capitalismo avançado, mas sim como modo de vida, como *ethos*.

Para finalizar essa seção, pode-se asseverar que a novidade da análise foucaultiana do neoliberalismo está no fato de compreender de que este não responde somente a uma crise de acumulação do capital, mas sim a uma crise de governamentalidade muito mais ampla e diversificada (LAVAL, 2020). Fica claro que a leitura de Foucault permite uma interpretação mais aguda do neoliberalismo, para além de leituras economicistas ou laudatórias. Ele permite ver que o neoliberalismo não apenas visa a mercantilização de tudo ou a destruição de instituições, direitos e laços coletivos, mas que fabrica “formas de nossa existência” e que é uma racionalidade que produz subjetividades³. Além disso, o (neo)liberalismo é uma força poderosa no sentido de desvalorizar a política: ele procuraria não tanto a liberdade política, mas a liberdade da política, acarretando um esvaziamento da democracia, pavimentando o caminho para novas formas autoritárias de se fazer política.

Avulta, na leitura foucaultiana, que o neoliberalismo se apresente como a forma genérica da biopolítica. Ele não é considerado como uma fase do capitalismo, à maneira dos marxistas. Emerge como um certo modo do governo dos homens e da produção dos sujeitos – o homem moderno como homem econômico. A prática social do neoliberalismo visa assim ao melhor funcionamento do mercado para engendrar o máximo crescimento. Daí que, como nova forma de liberalismo, tem no tripé concorrência-empresa-

³ Seria interessante comparar a leitura foucaultiana do neoliberalismo com a de Wendy BROWN (2019), com sua ênfase no desmantelamento neoliberal do social, e de Byung-Chul HAN (2018), e sua crítica do neoliberalismo a partir do conceito de sociedade do desempenho, na medida em que ambos fazem uma leitura crítica da interpretação de Foucault.

subjetividades uma forma de se apresentar como racionalidade política, indo além de uma mera ideologia ou doutrina econômica.

3. A nova razão do mundo em Dardot e Laval: notas sobre o neoliberalismo

Que a modernidade se caracteriza por antagonismos absurdos isso parece não haver dúvidas. É nela “que o homem se conscientiza de suas capacidades racionais para o desvendamento dos segredos da natureza e busca empregá-las no sentido de encontrar soluções para os seus problemas” (GOERGEN, 2001, p. 12). Incertezas e conflitos, na modernidade, são exponencialmente potencializados. “A par dos lugares de conforto e bem-estar, à beira dos abismos assustadores das dicotomias individuais e sociais em que segurança e fragilidade, conhecimento e ignorância, riqueza e pobreza, saúde e doença, opulência e miséria, vida e morte coabitam lado a lado” (GOERGEN, 2001, p. 6), é assim que nós, como cidadãos comuns, tivemos a sorte ou infortúnio – a depender do ângulo do observador – de viver e pensar nesta época. A obra de Foucault, dentre tantas outras e nos mais variados aspectos, nos permite uma melhor compreensão da lógica bipartida do poder bem como dos diferentes mecanismos que ligam a sociedade ao discurso, à história, ao direito e às suas fronteiras.

Em defesa da Sociedade, como vimos, Foucault reorganiza, retoma e articula algumas de suas teses sobre a microfísica do poder, elucidando a relação existente entre as estruturas sociais, o poder e a imposição da verdade como mecanismo simbólico de doutrinação. Pelo menos, é isso que mostra a primeira de suas palestras, texto em que o filósofo francês desenvolve sua própria concepção de hegemonia, território e política. Quero dizer o seguinte, dirá Foucault:

[...] numa sociedade como a nossa – mas, afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa *economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder*, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder a produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. Isso é verdadeiro em toda sociedade, mas acho que na nossa essa relação entre *poder, direito e verdade se organiza de um modo muito particular* (FOUCAULT, 1999, p. 28-29).

Do excerto acima emerge a ideia de *uma economia da verdade*, cuja principal função é lançar as bases sociais e institucionais para o exercício do poder. O discurso é, por sua vez, aquilo que se constrói em torno de um determinado valor social que se estrutura na produção, circulação e recepção da suposta verdade. Consequentemente, Foucault infere que o poder adquire sua razão de ser (prática) na credibilidade do que eles chamam de verdade.

A ciência, considerada o instrumento da verdade, também não escapa à sua exaustiva crítica. O que ele chama de genealogia é a bagagem teórica popular que não chega a ser articulada como uma ciência propriamente dita. De sua perspectiva, genealogias (como a antipsiquiatria) permanecem no pensamento popular tentando dialogar com a Ciência. No entanto, este último não apenas o ignoraria, mas, sob um silêncio imutável, tenderia a banalizar as descobertas do primeiro. Em particular, as genealogias devem ser definidas como anticiência ou como uma insurreição do conhecimento.

Para Candiottto, “constitui tarefa do genealogista reconstruir, “peça por peça”, a historicidade estranha e precária dos conceitos tornados fixos e universais, registrando sua proveniência (*Herkunft*) e emergência (*Entstehung*)” (CANDIOTTO, 2007, p. 206). A própria ciência é uma forte vontade de ser poder e, consequentemente, os intelectuais seriam funcionais de alguma forma para a estrutura política. O sistema reserva para si a

doutrinação do pensamento, da mesma forma que o faz com o corpo por meio da regra moral.

Pois bem, em *A nova razão do mundo*, Dardot e Laval assumem a hipótese foucaultiana do neoliberalismo como uma nova racionalidade política definida como “o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34). O *neo* que está inscrito no prefixo é, então, aquela transformação racionalizadora da política (entendida como o governo dos homens) que dissolve o espaço nos termos de uma teoria jurídica do poder como soberania ou legitimidade. Conseqüentemente, a democracia aparece para eles como logicamente derrotada pelo neoliberalismo. A transformação epistêmica que o neoliberalismo produziu historicamente na política encerra o espaço possível para a institucionalização de uma política democrática, capaz de sustentar sua diferença no que diz respeito ao princípio da competição pelo qual essa racionalidade se entende

Assumir como ponto de partida o argumento de que o neoliberalismo é uma racionalidade política, nos permite avançar com certos modos de crítica, mas condiciona a *a priori* as possibilidades de sobrevivência de uma política democrática. Por um lado, a perspectiva foucaultiana nos permitiria refutar as análises simplistas em termos de retirada do Estado e reconsiderar sua intervenção fundamental para a produção e reprodução do princípio da competição como lógica social. No entanto, os estudos de Dardot e Laval insistem no papel fundamental do Estado na projeção da racionalidade neoliberal, tanto para seus próprios modos de operação, quanto para a sociedade como um todo. Nesse sentido, afirmam não apenas que o Estado responde às necessidades do mercado e se organiza segundo a lógica empresarial, mas que a esfera política está sujeita aos critérios de utilidade pressuposta pela racionalidade econômica. Portanto, visualizar o papel ativo do Estado na produção e reprodução do neoliberalismo como racionalidade também implica assumir que a esfera política perde toda a autonomia.

Por outro lado, essa perspectiva contém também o poder crítico de tornar visíveis os pequenos fios, microfísicos, que subjetivamente produzem o neoliberalismo no cotidiano. Mas, ao assumir a perspectiva dessa transversalidade microfísica, reduzimos epistemologicamente a possibilidade de toda autonomia política e, portanto, de as democracias poderem preservar uma certa soberania popular sobre a soberania do mercado. Em todo caso, somente como um fracasso ou resistência à racionalidade política neoliberal a política democrática poderia sobreviver a partir da perspectiva foucaultiana. Esse questionamento imanente da soberania popular é o que Dardot e Laval traçam nos textos de Hayek, uma vez que “um Estado que adota por princípio a submissão de sua ação às regras do direito privado não pode assumir o risco de uma discussão pública sobre o valor dessas normas, a *fortiori* não pode aceitar entregar-se à vontade do povo para decidir essa discussão” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 184). Em outras palavras, o neoliberalismo só pode se espalhar como racionalidade destruindo todos os limites que a democracia, em nome da soberania popular, opôs à extensão da sociedade de direito privado.

Em seu último livro, *Ce cauchemar qui n'en finit pas – comment le néolibéralisme défait la démocratie* (2016), os autores se debruçam em demonstrar que os sentidos do projeto político-social dos fundadores do neoliberalismo eram *per se* antidemocráticos. A redução da democracia e da soberania do povo a um procedimento de seleção de governantes, a submissão do Estado às regras de direito privado que deveriam instituir a ordem social por meio de uma constituição (como Hayek argumenta em *Os fundamentos da liberdade*) e, como consequência dessa constituição econômica soberana, a retirada de toda soberania que possa estar além das leis de propriedade privada que a ordem judicial deve assegurar, constituem os núcleos antidemocráticos do projeto neoliberal.

A escala globalizada do neoliberalismo instituída no Consenso de Washington implicou na erosão das soberanias nacionais em busca da transnacionalização do capital, ou seja, o capital passaria a ter absoluta liberdade de ação, além de direitos civis e econômicos regulamentados. Dardot e Laval também traçam a maneira pela qual a realização histórica do projeto neoliberal na União Europeia levou adiante esse

antidemocratismo por meio da criação de um sistema de mercado institucional dirigido por uma tecnocracia (que eles chamam de “a perícia de Bruxelas”) que governa, sobre as soberanias nacionais, através da dívida (como exemplificam no caso da Grécia de Syriza e da Troica).

A definição de razão neoliberal como um modo de governo que se caracteriza por essa microfísica extensão social do princípio da competência, tem a potência de tornar visível o caráter transversal do neoliberalismo, mas, ao mesmo tempo, impede de ver as mediações através das quais essa razão se estende. Ou seja, não é apenas a autonomia política que não tem espaço, mas inclusive a possibilidade de pensarmos a autonomia de um sujeito, reduzido a mero efeito de um regime de subjetivação. Talvez seja por isso que tanto Foucault, como Dardot e Laval, estudem textos doutrinários, da filosofia, da economia política e da teoria econômica, a fim de compreenderem a racionalidade neoliberal. Apesar de aceitar que ela convive com os outros tipos de tecnologias de governo e, portanto, não podendo presumir o sucesso absoluto desse regime de subjetivação, o próprio neoliberalismo se apresenta por meio do traçado genealógico de suas fontes originárias e não da forma como suas técnicas se inscrevem nos indivíduos históricos concretos que sofrem e agem em relação a essas técnicas, colocando em jogo certos modos de autonomia subjetiva.

Em *A nova razão para o mundo*, Dardot e Laval registram uma redução na heterogeneidade interna do homem moderno submetido ao conflito entre suas diferenciadas esferas de ação. O sujeito neoliberal destrói o homem moderno dividido entre o cidadão e o *homo economicus*, graças a uma “homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326). Esse sujeito neoliberal se caracteriza por constituir-se como capital humano (e não, como a economia política clássica o descreveu como sujeito de troca ou orientado de acordo com seu próprio interesse) e, nesse sentido, submete todos os domínios de sua vida ao critério de valorização infinita do capital financeiro. Em outras palavras, todas as suas atividades e decisões são orientadas para aumentar o valor de si mesmo em função da competição com os outros.

A figura do empresário de si mesmo condensa essa unificação de todas as instâncias de vida subjetiva que se tornam facções do capital humano que cada um produz por si mesmo. Os autores chamam de ultra-subjetivação essa normatividade do sujeito impelido a ir além de si mesmo sob o imperativo de autoaperfeiçoamento. Não é apenas porque o neoliberalismo é difundido que não deixa descanso, mas seria um dispositivo de subjetivação caracterizado pela máxima da superação indefinida de todos os limites do sujeito, mesmo do próprio corpo como limite. O sujeito daí resultante é então totalmente responsável pelo seu destino, pois é compelido a ultrapassar qualquer limite institucional ou simbólico que o impeça de realizar o seu negócio. Dedicam-se a especificar os sintomas que esse modo de governo dos sujeitos produz como reverso do rosto triunfante do próprio empresário, sintomas que surgem justamente dessa des-simbolização associada à eliminação de todos os limites no ou para o sujeito.

4. Considerações finais

O neoliberalismo, portanto, constitui-se como a emergência de uma nova racionalidade, de um novo princípio produtor de realidade cujo núcleo de onde tudo emana é o mercado. Nem mesmo este mercado, no entanto, é um sistema de regras fixo e determinado. É um princípio organizacional que a partir de sua racionalidade imanente vai se produzindo e reproduzindo. Este princípio atravessa instituições tais como, por exemplo, as jurídicas. O mercado não só cria demandas, mas sua racionalidade coloniza completamente o próprio exercício de constituição destas instituições. O próprio sistema jurídico é estruturado para que ao capital seja garantido livre trânsito. Além das instituições jurídicas, múltiplas esferas concretas da vida cotidiana manifestam como a racionalidade neoliberal está presente.

A esfera política é um espaço onde essa racionalidade se manifesta de uma forma muito privilegiada. Não são as pessoas com suas demandas que estão sendo representadas por membros do parlamento. São forças econômicas que conseguem eleger bancadas distantes de qualquer preocupação com questões políticas ligadas ao bem-estar de certos setores da população. Se guiam, ao invés disso, pelo imperativo de manter uma determinada lógica econômica em perfeito funcionamento. Em outras palavras, a esfera política não desaparece simplesmente. Ela é, aliás, muito útil para o processo de legitimação desta racionalidade. Ela é capturada e passa a ser mais um espaço onde esta racionalidade se reproduz e fortalece.

O próprio indivíduo, por fim, introjeta tal racionalidade que orientará não só suas ações, mas até mesmo a compreensão que terá de si mesmo. As exigências extremamente rigorosas de desempenho que são autoimpostas levam frequentemente a um conjunto de sofrimentos psíquicos⁴ que nunca serão, no entanto, atribuídas à sua fonte real. A auto-exploração do indivíduo está tão imbuída desta racionalidade neoliberal que o seu colapso psíquico será sempre visto como falha pessoal que deveria ser resolvida com a otimização das exigências para um ainda melhor desempenho.

Não há exterioridade absoluta, portanto, em relação a esta racionalidade produtora de realidade. As margens, que resistem a uma integração completa em relação à racionalidade neoliberal, estão sempre sendo tensionadas. O corpo, por exemplo, ao resistir ao princípio selvagem da maximização do desempenho através da doença, do sono⁵, do colapso, é por isso mesmo o lugar de uma constante produção de técnicas e saberes que façam os limites retroceder. A medicalização, por exemplo, poderia ser compreendida neste sentido. O corpo político, por sua vez, na medida em que não compreende a racionalidade mercadológica que governa e tenta lhe impor algum tipo de limite, precisa ser neutralizado até a resistência ceder.

As constantes demonstrações que temos disso quando grupos políticos se movimentam em contrariedade aos interesses do mercado são bastante instrutivos. São tachados de infantis, bárbaros, violentos. Tudo isso, pois a única racionalidade defensável é aquela que o mercado produz. Esta é a nova razão do mundo. E este passa a ser o cânone a partir do qual todas as outras manifestações são postas fora do campo da verdade. O mercado como princípio de verificação impõe a tudo o que lhe é exterior a alcunha de falsidade, de ingenuidade ou pelo menos de inviabilidade.

No entanto, como já foi dito anteriormente, o mercado não elimina simplesmente a dimensão política. Ao contrário, ele precisa dela no processo de construção de um paradigma de governamentalidade. Tanto o governo como o sistema jurídico, não mais compreendidos desde o paradigma da soberania que os localizava no topo de um sistema vertical de relações em que todas as demais peças estavam a eles subsumidas, mas entendidos agora como permeados de uma racionalidade neoliberal que os utiliza como instrumentos, são fundamentais para a otimização do funcionamento e alcance dessa lógica.

Este estado de coisas se configura, portanto, a partir da conjugação de alguns movimentos: redução do tamanho e alcance do Estado através das privatizações; indivíduos cada vez e mais afastados de uma visão de mundo politizada; tendência a resolver as coisas de uma forma mais rápida e dinâmica tendo em vista a incompatibilidade da lógica de mercado com o sistema burocrático dos governos democráticos. Tudo isso vai levando à compreensão da emergência de sistemas autoritários de governos para a otimização da racionalidade neoliberal. Governar por decretos, reduzir os trâmites burocráticos, tem sido estratégias cada vez mais utilizadas para se adequar a tais demandas. O que essa aparente gestão econômica da política

⁴ Sobre isso ver o excelente estudo recentemente publicado: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

⁵ Ver: CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. Trad: Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu Editora, 2016. No livro pode-se ler: "24/7 é um tempo de indiferença, contra o qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada, e dentro do qual o sono não é necessário nem inevitável. Em relação ao trabalho, torna plausível, até normal, a ideia de trabalhassem pausa, sem limites".

esconde é a submissão da vida nos seus mais diferentes aspectos a um imperativo de crescimento e acúmulo de capital cuja racionalidade não pode mais ser discutida. O esgotamento psíquico do indivíduo, a destruição completa da natureza, a planificação a que se submete a diversidade cultural a partir de uma pseudocultura universal. Todas estas são consequências imediatas de tal racionalidade ante as quais os indivíduos, quando não completamente integrados, se sentem impotentes.

Referências

- AVELINO, Nildo. Foucault, governamentalidade e neoliberalismo. In: RESENDE, Haroldo de. (org.) *Michel Foucault: política: pensamento e ação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CANDIOTTO, César. Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault. In: *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 115, Jun/2007, p. 203-217.
- CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. Trad: Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu Editora, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Ce cauchemar qui n'en finit pas*. Comment le néolibéralisme défait la démocratie, Paris, La Découverte, col. "Cahiers libres", 2016.
- DUARTE, André. Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado moderno. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.) *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HAYEK, Friedrich August Von. *Os fundamentos da liberdade*; introdução de Henry Maksoud; tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Visão, 1983.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Ayné, 2018.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Elefante, 2020.
- SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- STIVAL, Mônica Loyola. *Política e moral em Foucault: entre a crítica e o nominalismo*. São Paulo: Loyola, 2015.
- VEYNE, Paul. *Foucault. Seu pensamento, sua obra*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

Doutor em Filosofia (sigla da Instituição do doutorado, Ano de conclusão)
Doutorado em Filosofia (PUCRS)
Professor Assistente no Departamento de Educação, Instituto de Biociências (UNESP-Campus Rio Claro)

E-mail: fabio.caires@unesp.br

Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0002-1768-3720>

Doutorado em Filosofia (UFSC, 2017)
Professor do Departamento de Filosofia (UFT)

E-mail: fduarte@uft.edu.br

Orcid Id: <https://orcid.org/0009-0007-5956-0802>

Doutorado em Filosofia (PUCRS, 2011)
Professor do Mestrado Profissional de Filosofia (UFT)

E-mail: oneidepe@yahoo.com.br

Orcid Id: <http://orcid.org/0000-0002-0298-9727>